

Caderno Publicações Digitais

Diário do Acionista, 01 de novembro de 2023

JORNAL DIÁRIO DO
ACIONISTA

LTDA:265309040001

12

Assinado de forma digital por
JORNAL DIÁRIO DO ACIONISTA
LTDA:26530904000112
Dados: 2023.11.01 06:30:57 -03'00"

CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO

CNPJ 41.811.375/0001-19 - NIRE 353.0057653-5

EDITAL DE 1ª (PRIMEIRA) CONVOCAÇÃO DE ASSEMBLEIA GERAL DE TITULARES DE CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA 21ª (VIGÉSIMA PRIMEIRA) EMISSÃO DE CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO

Ficam convocados titulares de CRI ("Titulares dos CRI") da 21ª (vigésima primeira) emissão de certificados de recebíveis imobiliários, em série única, sob o regime de melhores esforços de colocação ("CRI"), da **Canal Companhia de Securitização** ("Emissora"), nos termos da Cláusula 11 do termo de securitização de créditos imobiliários para emissão dos CRI ("Termo de Securitização"), a se reunirem em 21 de novembro de 2023, às 09:00 (nove) horas, em 1ª (primeira) convocação, de modo exclusivamente digital, através da plataforma Microsoft Teams, a ser enviado link para conexão gerado pela Emissora, até 1 (uma) hora antes da reunião, a fim de, em sede de assembleia geral de Titulares dos CRI ("Assembleia Geral"), examinarem e discutirem sobre as seguintes matérias da ordem do dia: (i) A realização de aditamento ao "Instrumento Particular da 1ª (Primeira) Emissão de Notas Comerciais Escriturais, Com Garantia Real, Com Garantia Fidejussória Adicional, Em Série Única, para Colocação Privada, da Tocantins Energias Renováveis S.A." ("Termo de Emissão de Notas Comerciais") para alterar as obrigações de envio das demonstrações financeiras da **Tocantins Energias Renováveis S.A.** ("Tocantins") e das SPE, conforme definido no Termo de Emissão de Notas Comerciais, de modo que passe a ser obrigatório o envio, (a) anualmente, apenas das demonstrações financeiras consolidadas e auditadas por empresa independente de auditoria, da Tocantins, e não mais das SPE, individualmente, ou de qualquer outra empresa, conforme previsto na cláusula 7.1.1, (i), (a) do Termo de Emissão de Notas Comerciais dentro de, no máximo, 90 (noventa) dias após o término de cada exercício social, ou 10 (dez) Dias Úteis após a data de sua divulgação; e, (b) trimestralmente, de relatório com medição dos índices financeiros que devem ser observados no âmbito da Operação, auditado por empresa independente de auditoria e suficiente para atestar que todos os índices financeiros previstos na Operação estão sendo observados, no prazo de 45 (quarenta e cinco) dias do encerramento de cada trimestre; (ii) A realização de aditamento ao Termo de Securitização para refletir as mudanças descritas no item (i) acima, de modo que qualquer obrigação prevista no Termo de Securitização atrelada à apresentação das demonstrações financeiras reflita o envio (a) anual apenas das demonstrações financeiras consolidadas e auditadas por empresa independente de auditoria, da Tocantins, e não mais das SPE, individualmente, ou de qualquer outra empresa, conforme previsto na cláusula 7.1.1, (i), (a) do Termo de Emissão de Notas Comerciais dentro de, no máximo, 90 (noventa) dias após o término de cada exercício social, ou 10 (dez) Dias Úteis após a data de sua divulgação; e, (b) trimestral, de relatório com medição dos índices financeiros que devem ser observados no âmbito da Operação, auditado por empresa independente de auditoria e suficiente para atestar que todos os índices financeiros previstos na Operação estão sendo observados, no prazo de 45 (quarenta e cinco) dias do encerramento de cada trimestre. (iii) A autorização para que o Agente Fiduciário possa praticar todos os atos, bem como firmar todos e quaisquer documentos necessários à realização, formalização e efetivação das deliberações previstas nesta ata. **Instruções Gerais:** A participação e a votação na Assembleia Geral será realizada à distância, por videoconferência via plataforma Microsoft Teams, coordenada pela Emissora, cujo link de acesso será disponibilizado oportunamente, seguindo as disposições estabelecidas na Resolução CVM nº 81, de 29 de março de 2022 ("Resolução CVM 81"), conforme em vigor. Instalar-se-á a Assembleia Geral, em primeira convocação, mediante presença de Titulares de CRI representando qualquer quórum, conforme definido no Termo de Securitização. Os Titulares dos CRI poderão optar por exercer o seu direito de voto, sem necessidade de ingressar na videoconferência, enviando a correspondente Instrução de Voto à distância à Emissora, para o e-mail operacional@canalsecuritizadora.com.br, com cópia para o Agente Fiduciário, no e-mail ger1.agente@oliveiratrust.com.br, preferencialmente, em até 2 (dois) Dias Úteis de antecedência em relação à data de realização da Assembleia Geral. A instrução de voto deverá: (i) estar devidamente preenchida e assinada pelos Titulares dos CRI ou por seu representante legal, de forma física ou eletrônica, com ou sem certificado digital no padrão ICP-Brasil; (ii) ser enviada com a antecedência acima mencionada, e (iii) no caso de o Titular de CRI ser pessoa jurídica, ser enviada acompanhada dos instrumentos de procuração e/ou Contrato ou Estatuto Social que comprove os respectivos poderes. Uma vez estabelecida a participação e o voto à distância durante a Assembleia Geral por meio de sistema eletrônico, em linha com o item "II" do Art. 71 da Resolução CVM 81, os votos dos Titulares de CRI presentes na Assembleia Geral serão computados mediante sua manifestação na Assembleia Geral, na plataforma Microsoft Teams. A titularidade dos CRI será comprovada por meio do extrato emitido pela **Vórtx Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.** ("Escriturador"), e, adicionalmente, com relação aos CRI que estiverem custodiados eletronicamente na B3, será expedido pela B3 extrato em nome do Titular de CRI, que servirá de comprovante de titularidade de tais CRI. Adicionalmente, os Titulares de CRI que pretenderem participar da Assembleia Geral deverão realizar o depósito dos seguintes documentos até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia Geral: (i) quando pessoa física, documento de identidade; (ii) quando pessoa jurídica, cópia de atos societários e/ou documentos que comprovem a representação do Titular de CRI; e (iii) quando for representado por procurador, procuração com poderes específicos para sua representação na Assembleia Geral, obedecidas as condições legais. Com o objetivo de dar celeridade ao processo e facilitar os trabalhos da Assembleia Geral, o instrumento de mandato pode, a critério do Titular de CRI, ser encaminhado para o correio eletrônico do Agente Fiduciário: ger1.agente@oliveiratrust.com.br. Os termos utilizados neste edital de convocação, iniciados em letras maiúsculas, que não estiverem aqui definidos têm o mesmo significado que lhes foi atribuído no Termo de Securitização e nos demais documentos da operação.

São Paulo, 31 de outubro de 2023.

Atenciosamente, Canal Companhia de Securitização - Amanda Regina Martins - Diretora de Securitização

CONTAS PÚBLICAS

Lula defende manutenção de despesas do Orçamento

MARIANA CARNEIRO/AE

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva reuniu deputados da base aliada no Palácio do Planalto ontem, e defendeu a manutenção da previsão de despesas contidas na peça orçamentária enviada pelo governo ao Congresso. Segundo parlamentares ouvidos pela reportagem, Lula disse que não cortará nem uma vírgula do Orçamento de 2024.

O argumento do presidente é que fazer uma contenção de despesas demonstraria um descompromisso do governo com as obrigações assumidas, principalmente na área social. Nas contas apresentadas por Lula aos deputados, o governo lançou ou retomou 47 programas sociais neste ano, e um corte orçamentário poderia colocá-los em risco.

A fala de Lula ocorreu dias depois de o presidente dizer a jornalistas que "dificilmente" a meta de zerar o déficit nas contas públicas em 2024 será cumprida. O objetivo foi fixado pelo ministro Fernando Haddad e enfrenta forte resistência dos auxiliares políticos de Lula, que temem o bloqueio de despesas em pleno ano eleitoral.

A linha foi a mesma da apresentada pela ministra Simone Tebet (Planejamento e Orçamento) na reunião, que contou com cerca de 50 pessoas. Ela disse aos deputados que, se houver uma mudança na meta – o que ainda não foi decidido pe-

Presidente sanciona o Marco Legal das Garantias

Luci Ribeiro/AE

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva sancionou a lei que estabelece novas regras relativas ao tratamento do crédito e das garantias concedidas em empréstimos e que ficou conhecida como "Marco Legal das Garantias". O texto sancionado está na edição de ontem do Diário Oficial da União e veio com vários vetos. Entre eles, foi rejeitado o trecho que autorizava a tomada de veículos sem autorização da Justiça para a recuperação de dívidas. A presidência alegou que a proposta é inconstitucional.

O marco legal, que é uma das apostas do Ministério da Fazenda para destravar a concessão de crédito no país, aumentar o consumo das fa-

mílias e impulsionar o crescimento econômico, foi aprovado em definitivo pelo Congresso no início deste mês.

A nova lei dispõe sobre o aprimoramento das regras de garantia, a execução extrajudicial de créditos garantidos por hipoteca, a execução extrajudicial de garantia imobiliária em concurso de credores, o procedimento de busca e apreensão extrajudicial de bens móveis em caso de inadimplimento de contrato de alienação fiduciária, o resgate antecipado de Letra Financeira, a alíquota de imposto de renda sobre rendimentos no caso de fundos de investimento em participações qualificadas que envolvam titulares de cotas com residência ou domicílio no exterior e o procedimento de emissão de debêntures, entre outros pontos.

lo governo – não será para aumentar as despesas, mas para cumprir o que está definido no Orçamento.

Isso porque, da forma como foi aprovado o novo arcabouço fiscal, o crescimento das despesas está limitado a 70% da variação das receitas.

A ministra pediu que os congressistas não derrubem os vetos do presidente no arcabouço fiscal e enfatizou a relevância das chamadas "despesas condicionadas". Essas despesas somam cerca de R\$ 30 bilhões, segundo disse a ministra, e dependem da aprovação do Parlamento por meio da abertura de um crédito suplementar no início do ano que vem.

Outra parcela, no valor projetado em R\$ 15 bilhões, poderá ser solicitada pelo governo em maio de 2024, a depender de uma evolução positiva da arrecadação do governo em 2023.

Por essas razões, existe uma corrida pelo aumento das receitas. Na previsão orçamentária enviada ao Congresso, o governo informou que precisa levantar R\$ 168 bilhões extras em receitas até o ano que vem.

Na saída da reunião, o ministro Alexandre Padilha (Relações Institucionais) disse que o plano do governo de zerar o déficit depende das medidas de aumento de arrecadação e que o foco agora é a Medida Provisória 1.185, da subvenção. Ela limita a possibili-

dade de as empresas abaterem benefícios fiscais dos tributos federais. Esse tema é polêmico e já mobilizou o lobby de grandes empresas no Congresso.

A ideia inicial de Haddad era que a MP fosse aprovada pelo Congresso, passando a valer em janeiro de 2024. Mas, diante da resistência política, o governo assentiu em desistir da MP e enviar um projeto de lei com mesmo conteúdo.

O problema é que a mudança significaria uma perda de quase R\$ 10 bilhões aos cofres da União (a receita cairia de R\$ 35,3 bilhões para R\$ 26,3 bilhões), o que fez com que a negociação fosse reaberta com líderes da Câmara.

HABITAÇÃO

SP registra alta de 18,6% nas vendas de imóveis em setembro

CIRCE BONATELLI/AE

O mercado imobiliário na cidade de São Paulo teve aumento nas vendas e recuo nos lançamentos em setembro, na comparação com o mesmo mês do ano passado, de acordo com dados do Sindicato da Habitação (Secovi-SP) divulgados ontem.

As vendas cresceram 18,6%, para 7.417 unidades. Por sua vez, os lançamentos recuaram 10,4%, para 7.369 unidades. A velocidade de vendas (unidades vendidas frente o total disponível) foi de 10,9%, alta de 2,3 pontos percentuais, indicando um nível de atividade mais aquecida.

O comportamento do mercado imobiliário em setembro foi o mesmo visto ao longo do ano, isto é, com alta nas vendas e queda nos lançamentos.

No acumulado dos últimos 12 meses até setembro, as vendas subiram 6,5%, totalizando 74,4 mil unidades. As vendas de moradias enquadradas no Minha Casa Minha Vida (MCMV) tiveram alta de 5,6%,

chegando a 35,5 mil unidades, enquanto as vendas dos imóveis de médio e alto padrão cresceram 7,6%, para 38,8 mil unidades.

Também no acumulado dos últimos 12 meses, os lançamentos encolheram 16,5%, totalizando 70,1 mil unidades. No MCMV, houve baixa de 14,6%, para 30,6 mil unidades, enquanto no médio e alto padrão a retração foi de 18,1%, para 39,4 mil unidades.

Com mais vendas do que lançamentos ao longo do ano, o estoque encolheu. O total de unidades disponíveis (na planta, em obras e recém-construído) caiu de 66,6 mil unidades há um ano para 60,7 unidades, redução de 8,8%. A pesquisa mostrou que os imóveis do MCMV são apenas 35% do estoque, ou 21,1 mil unidades. Considerando o ritmo atual das vendas, eles seriam escoados em apenas sete meses. Já as moradias de médio e alto padrão representam 65% do estoque, ou 39,7 mil unidades, o equivalente a 12 meses para escoamento completo.

METRALHADORAS

Exército e PM fazem operação conjunta

RAYSSA MOTTA/AE

O Exército e a Polícia Militar de São Paulo fizeram buscas ontem em Guarulhos, na Grande São Paulo, para tentar encontrar as quatro últimas metralhadoras furtadas, em meados de setembro, do Arsenal de Guerra, em Barueri, na região metropolitana.

Ao todo, 21 armadas foram levadas do quartel. Outras 17 metralhadoras já tinham sido recuperadas em outubro. As investigações apontaram que elas foram negociadas com facções criminosas em São Paulo e no Rio de Janeiro.

A operação conjunta foi autorizada pela Justiça Militar. Os mandados de busca e apreensão foram cumpridos em imóveis residenciais em uma comunidade no bairro Jardim Vila Galvão.

"A diligência, autorizada pela Justiça Militar, foi realizada de maneira integrada por militares da Polícia do Exército, tro-

pa especializada do Comando Militar do Sudeste, e equipes da Polícia Militar do Estado de São Paulo, empregando cerca de 45 militares e oito viaturas especializadas", informou o Comando Militar do Sudeste.

Sete militares do Exército são investigados por participação direta no crime. Eles tiveram os sigilos bancário e fiscal quebrados no inquérito. Outros 17 militares – a maioria oficiais – foram punidos disciplinarmente por falha de conduta ou erro de procedimentos nos processos de fiscalização e controle dos armamentos. O Comando Militar do Sudeste chegou a manter quase 500 militares aquartelados quando começou a apurar o caso internamente.

O furto das metralhadoras aconteceu provavelmente entre os dias 5 e 8 de setembro e só foi percebido no dia 10 de outubro. Os ladrões se apossaram de 13 Browning calibre .50 e oito MAGs de calibre 7,62 mm.

SETEMBRO

Consumo de energia sobe com clima quente e seco, informa EPE

DENISE LUNA/AE

O clima quente e seco registrado em setembro impulsionou o consumo de energia elétrica, que subiu 5,2% na comparação anual, a maior alta deste ano. Os destaques foram os consumos das residências e do comércio, enquanto a indústria registrou um crescimento mais tímido, mostra a Resenha Mensal da Empresa de Pesquisa Energética (EPE), divulgada ontem. De acordo com a EPE, a confiança do consumidor também pode ter ajudado no aumento.

O consumo nacional de energia elétrica atingiu 44.462 gigawatts-hora (GWh) em setembro. Entre as classes de consumo, a re-

sidencial teve alta de 9,1% e a comercial, de 8,5%. Na indústria, o consumo subiu 1,9%, com destaque para os setores de alimentos (6,5%), extração de metais metálicos (5,9%), e metalúrgico (2,6%). Apenas 19 dos 37 setores pesquisados na indústria tiveram alta de consumo, segundo a EPE.

No acumulado em 12 meses, o consumo nacional registrou 520.210 GWh, alta de 2,3% em comparação ao período imediatamente anterior. A classe residencial acumula alta de 5,1%, na mesma comparação, enquanto a comercial subiu 3,2% nos últimos 12 meses e a industrial, 1,1%.

"Mais uma vez, recordes de temperaturas para o mês impul-

sionaram o consumo, e a melhora da confiança do consumidor pode ter contribuído", disse a EPE na Resenha.

Segundo a autarquia, o Índice de Confiança do Consumidor (ICC/FGV) seguiu a tendência de alta dos últimos quatro meses, mas diminuiu o ritmo de elevação e obteve um aumento de apenas 0,2 pontos, passando para 97 pontos. Esse nível de confiança é o mesmo de fevereiro de 2014, desde então esse indicador estava apresentando valores inferiores. Em comparação ao mesmo mês do ano anterior, a elevação do ICC foi mais expressiva, da ordem de 8 pontos.

"A elevação da confiança do

consumidor pode influenciar tanto o consumo residencial, como também o consumo das demais classes", informou a EPE.

O mercado livre respondeu por 40,8% do consumo nacional de energia elétrica em setembro, com 18.135 GWh, registrando crescimento de 6,8% no consumo e de 24,4% no número de consumidores, na comparação com setembro de 2022. Já o mercado cativo, atendido pelas distribuidoras, respondeu por 59,2% do consumo nacional de eletricidade, com 26.327 GWh, alta de 4,1%, enquanto o número de unidades consumidoras aumentou 1,9% no mesmo período, apesar da migração para o mercado livre.

GOIÁS

Ex-senador é preso por suspeita de assassinato da mãe de sua filha

RAYANDERSON GUERRA/AE

A Polícia Civil de Goiás prendeu o ex-senador Telmário Mota na investigação sobre o assassinato da mãe de sua filha, Antônia Araújo de Sousa. Ele é suspeito de ser o mandante do crime e foi encontrado em Neópolis, na região metropolitana de Goiânia, na noite de segunda-feira, 30, após passar o dia foragido.

A investigação foi aberta para chegar aos envolvidos no assassinato de Antônia, morta com um tiro na cabeça por dois homens em uma moto no dia 29 de setembro no bairro Senador Hélio Campos, na zona oeste de Boa Vista (RR). Antônia foi abordada quando saía de casa para trabalhar. Um deles perguntou seu nome e, ao confirmar a identidade, atirou.

Atualmente filiado ao Solidariedade, Telmário esteve no PDT (2005-2017), no PTB (2017-2019) e no PROS (2019-2023) – partido que teve a fusão com o Solidariedade aprovada pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE) neste ano – durante o mandato como senador. Ele tentou se reeleger em 2022, não obteve os votos necessários e ficou na terceira colocação no estado.

A arma do crime, uma pistola, não foi encontrada. O homem que dirigia a moto também não foi identificado. Já o atirador, Leandro Luz da Conceição, segundo os investigadores, tinha experiência em tiro, porque o único disparo foi certo.

A principal linha de investigação é que a mulher tenha sido executada porque estava com depoimento marcado para falar

sobre a acusação de estupro feita pela filha, uma adolescente de 17 anos, que afirma ter sido abusada por Telmário. A adolescente narrou que o pai encostou em suas partes íntimas e tentou tirar sua roupa no Dia dos Pais do ano passado. Quando o caso veio a público, o ex-senador negou as acusações e disse ser vítima de perseguição de adversários políticos.

Antônia ficou ao lado da filha na denúncia. Ela foi morta em uma sexta-feira e seria ouvida pela Polícia Civil na segunda. Desentendimentos sobre o pagamento de pensão também podem ter motivado a execução, segundo os investigadores. "Essa relação (entre Telmário e a ex) passou a ser desastrosa nos últimos 12 meses", afirmou o titular da Delegacia Geral de Homicídios de

Roraima, João Evangelista.

Duas pessoas próximas a Telmário o colocaram no centro das suspeitas da Delegacia Geral de Homicídios. Uma assessora de longa data do ex-senador foi vista indo entregar a moto aos assassinos um dia antes do crime. Os investigadores também descobriram que a moto foi comprada pelo sobrinho do ex-senador por R\$ 4 mil em espécie.

Harrison Nei Correa Mota, sobrinho de Telmário, é apontado como responsável pelo planejamento e logística do crime, e Leandro Luz da Conceição, segundo a polícia, seria o executor. Além das prisões, a Justiça de Roraima autorizou buscas em sete endereços ligados aos investigados. A reportagem procurou a defesa do ex-senador Telmário Mota, mas não obteve retorno até a publicação deste texto.

CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO
CNPJ 41.811.375/0001-19 - NIRE 353.0057653-5

EDITAL DE 1ª (PRIMEIRA) CONVOCAÇÃO DE ASSEMBLEIA GERAL DE TITULARES DE CERTIFICADOS DE RECEÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA 21ª (VIGÉSIMA PRIMEIRA) EMISSÃO DE CERTIFICADOS DE RECEÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO

Ficam convocados titulares de CRI ("Titulares dos CRI") da 21ª (vigésima primeira) emissão de certificados de recebíveis imobiliários, em série única, sob o regime de melhores esforços de colocação ("CRI"), da **Canal Companhia de Securitização** ("Emissora"), nos termos da Cláusula 11 do termo de securitização de créditos imobiliários para emissão dos CRI ("Termo de Securitização"), a se reunirem em 21 de novembro de 2023, às 09:00 (nove) horas, em 1ª (primeira) convocação, de modo exclusivamente digital, através da plataforma Microsoft Teams, a ser enviado link para conexão gerado pela Emissora, até 1 (uma) hora antes da reunião, a fim de, em sede de assembleia geral de Titulares dos CRI ("Assembleia Geral"), examinar e discutir sobre as seguintes matérias da ordem do dia: (i) A realização de adiamento ao "Instamento Particular da 1ª (Primeira) Emissão de Notas Comerciais Escriturais, Com Garantia Real, Com Garantia Fidejussória Adicional, Em Série Única, para Colocação Privada, do Tocantins Energias Renováveis S.A." ("Termo de Emissão de Notas Comerciais") para alterar as obrigações de envio das demonstrações financeiras da **Tocantins Energias Renováveis S.A.** ("Tocantins") e das SPE, conforme definido no Termo de Emissão de Notas Comerciais, de modo que passe a ser obrigatório o envio, (a) anualmente, apenas das demonstrações financeiras consolidadas e auditadas por empresa independente de auditoria, da Tocantins, e não mais das SPE, individualmente, ou de qualquer outra empresa, conforme previsto na cláusula 7.1.1. (i), (a) do Termo de Emissão de Notas Comerciais dentro de, no máximo, 90 (noventa) dias após o término de cada exercício social, ou 10 (dez) Dias Úteis após a data de sua divulgação; e, (b) trimestralmente, de relatório com medição dos índices financeiros que devem ser observados no âmbito da Operação, auditado por empresa independente de auditoria e suficiente para atestar que todos os índices financeiros previstos na Operação estão sendo observados, no prazo de 45 (quarenta e cinco) dias do encerramento de cada trimestre; (ii) A realização de adiamento ao Termo de Securitização para refletir as mudanças descritas no item (i) acima, de modo que qualquer obrigação prevista no Termo de Securitização atrelada à apresentação das demonstrações financeiras reflita o envio (a) anual apenas das demonstrações financeiras consolidadas e auditadas por empresa independente de auditoria, da Tocantins, e não mais das SPE, individualmente, ou de qualquer outra empresa, conforme previsto na cláusula 7.1.1. (i), (a) do Termo de Emissão de Notas Comerciais dentro de, no máximo, 90 (noventa) dias após o término de cada exercício social, ou 10 (dez) Dias Úteis após a data de sua divulgação; e, (b) trimestral, de relatório com medição dos índices financeiros que devem ser observados no âmbito da Operação, auditado por empresa independente de auditoria e suficiente para atestar que todos os índices financeiros previstos na Operação estão sendo observados, no prazo de 45 (quarenta e cinco) dias do encerramento de cada trimestre. (iii) A autorização para que o Agente Fiduciário possa praticar todos os atos, bem como firmar todos e quaisquer documentos necessários à realização, formalização e efetivação das deliberações previstas nesta ata. **Instruções Gerais:** A participação e a votação na Assembleia Geral será realizada à distância, por videoconferência via plataforma Microsoft Teams, coordenada pela Emissora, cujo link de acesso será disponibilizado oportunamente, seguindo as disposições estabelecidas na Resolução CVM nº 81, de 29 de março de 2022 ("Resolução CVM 81"), conforme em vigor. Instalar-se à Assembleia Geral, em primeira convocação, mediante presença de Titulares de CRI representando qualquer quórum, conforme definido no Termo de Securitização. Os Titulares dos CRI poderão optar por exercer o seu direito de voto, sem necessidade de ingressar na videoconferência, enviando a correspondente Instrução de Voto à distância ("Instrução de Voto"), e-mail operacional@canalsecuritizacao.com.br, com cópia para o Agente Fiduciário, no e-mail gerl.agente@bolleinvesttrust.com.br, preferencialmente, em até 2 (dois) Dias Úteis de antecedência em relação à data de realização da Assembleia Geral. A instrução de voto deverá: (i) estar devidamente preenchida e assinada pelos Titulares dos CRI ou por seu representante legal, de forma física ou eletrônica, com ou sem certificado digital no padrão ICP-Brasil; (ii) ser enviada com uma antecedência acima mencionada, e (iii) no caso de o Titular de CRI ser pessoa jurídica, ser enviada acompanhada dos instrumentos de procuração e/ou Contrato ou Estatuto Social que comprove os respectivos poderes. Uma vez estabelecida a participação e o voto à distância durante a Assembleia Geral por meio de sistema eletrônico, em linha com o item "II" do Art. 71 da Resolução CVM 81, os votos dos Titulares de CRI presentes na Assembleia Geral serão computados mediante sua manifestação na Assembleia Geral, na plataforma Microsoft Teams. A titularidade dos CRI será comprovada por meio do extrato emitido pela **Vórtx Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.** ("Escriturador"), e, adicionalmente, com relação aos CRI que estiverem custodiados eletronicamente na B3, será expedido pela B3 extrato em nome do Titular de CRI, que servirá de comprovante de titularidade de tais CRI. Adicionalmente, os Titulares de CRI que pretenderem participar da Assembleia Geral deverão realizar o depósito dos seguintes documentos até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia Geral: (i) quando pessoa física, documento de identificação; (ii) quando pessoa jurídica, cópia de atos societários e/ou documentos que comprovem a representação do Titular de CRI e (iii) quando for representado por procurador, procuração com poderes específicos para sua representação na Assembleia Geral, obedecidas as condições legais. Com o objetivo de dar celeridade ao processo e facilitar os trabalhos da Assembleia Geral, o instrumento de mandato pode, a critério do Titular de CRI, ser encaminhado para o correio eletrônico do Agente Fiduciário: gerl.agente@bolleinvesttrust.com.br. Os termos utilizados neste edital de convocação, iniciados em letras maiúsculas, que não estiverem aqui definidos têm o mesmo significado que lhes foi atribuído no Termo de Securitização e nos demais documentos da operação.

São Paulo, 31 de outubro de 2023.

Atenciosamente, Canal Companhia de Securitização - Amanda Regina Martins - Diretora de Securitização